

EDITORIAL

O número 41 de Estudos em Avaliação Educacional apresenta nove trabalhos que traduzem concepções, metodologias e políticas educativas que, imbricadas, evidenciam o panorama do desenvolvimento da avaliação educacional nos últimos anos.

Como pano de fundo, as reflexões de Domingos Fernandes no artigo "Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens" alertam para questões críticas do processo de construção teórica do campo da avaliação. Inicialmente, o autor analisa a articulação entre os conceitos fundadores das tradições teóricas da avaliação, conceitua e ressalta a avaliação formativa alternativa e, finalmente, estabelece relações entre esta e a avaliação somativa. A atualidade do artigo faz deste texto importante contribuição aos estudos em avaliação educacional.

Os artigos deste número foram harmonizados pelo diapasão apresentado no texto "O direito a aprender", de Lina Kátia Mesquita de Oliveira – Presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave) –, que discorre sobre a relevância histórica, social, econômica e política da avaliação, destacando sua pertinência para testar a eficácia de um direito fundamental – o direito a aprender.

A partir da ótica apontada pela presidente da Abave, foram selecionados artigos dentre os apresentados na IV Reunião da Abave, ocorrida em junho de 2008 no Rio de Janeiro. Os trabalhos descrevem e analisam práticas e metodologias no campo da avaliação educacional, cujos resultados contribuem, efetivamente, para que processos de tomada decisão política garantam o direito a aprender.

Neste contexto, é apresentado o artigo de Renato Júdice de Andrade e José Francisco Soares "O efeito da escola básica brasileira", que exemplifica a responsabilidade da avaliação educacional ao contribuir com análises que possibilitam dimensionar o efeito da escola em relação ao desempenho dos alunos. Com base nos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e seus resultados, os autores analisam efeitos distintos entre escolas, notadamente em razão de diferenças na gestão pedagógica de recursos humanos e físicos nas unidades de ensino.

No artigo "Sistema de indicadores educacionais no acompanhamento e avaliação de políticas públicas", José Gonçalves Moreira Neto analisa o sistema de indicadores desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) para o acompanhamento do Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania. O trabalho evidencia como o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação

permitiu identificar a potencialidade da educação para atuar na redução de desigualdades educacionais de grupos que tradicionalmente se encontram mais excluídos socialmente – indígenas, população do campo, pobres, negros e mulheres.

O Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) é o foco do texto de Cláudio de Albuquerque Marques, Ana Paula de Medeiros Ribeiro e Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca. Intitulado "Paic: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia", o artigo apresenta as possibilidades da avaliação municipal. Os autores discutem a metodologia adotada na elaboração do instrumental avaliativo de 2007, bem como as ações desenvolvidas para a divulgação dos resultados, e apontam, a partir dessas análises, as sugestões para que o município possa utilizar a avaliação na busca de melhorias na qualidade da educação.

Vera Masagão Ribeiro e Tufi Machado Soares desenvolveram escala de proficiência para medição do alfabetismo em populações brasileiras jovens e adultas, com base em dados coletados pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf). No artigo "Construção de escala combinada para a medição do alfabetismo em contexto não escolar", os autores analisam as concepções e paradigmas que embasaram a construção desta escala, bem como discutem os níveis de proficiência propostos.

Em "Avaliação da alfabetização no Ceará: principais resultados da primeira edição do Spaece-Alfa", Alessio Costa Lima, Maria Iaci Cavalcante Pequeno e Maria Noraelena Rabelo Melo, evidenciam claramente a contribuição que a avaliação pode oferecer à melhoria da efetividade dos processos de tomada decisão que venham garantir o direito a aprender. Os autores descrevem como, na tentativa de enfrentar o fracasso escolar no início da escolarização, as políticas educacionais recorrem a procedimentos avaliativos para identificar onde atuar e de que forma fazê-lo, quando o sistema de ensino não está cumprindo a função de alfabetizar um percentual significativo de alunos.

Adriana Bauer apresenta no artigo "Uso dos resultados do Saesp e formação de professores: a visão dos níveis centrais" pesquisa sobre a utilização dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (Saresp) na definição de necessidades formativas de professores da rede estadual de São Paulo. Mesmo compreendendo que a avaliação de sistema deva orientar políticas públicas, a implantação de tais políticas exige a adesão dos docentes e agentes de formação. Nessa perspectiva, a autora foca tais agentes e indaga sobre como os resultados do Saesp são compreendidos e utilizados por eles para orientar a prática cotidiana na escola.

Ruben Klein, Nilma Fontanive, Ana Luisa Restani e Maria Cristina Telles em "O desempenho dos alunos da Fundação Bradesco: uma comparação com os resultados do

Saeb", procurando explorar uma das múltiplas possibilidades que o Saeb oferece como parâmetro de análises, realizam uma comparação entre os resultados dos alunos da Fundação Bradesco e a média de desempenho nacional, segundo a escala do Saeb. Ao descreverem com rigor os fatores possíveis de comparação, os autores mostram como um trabalho pedagógico consistente permite a inclusão de alunos menos favorecidos sócio e economicamente.

Concluindo, podemos afirmar que os artigos selecionados fornecem um panorama da complexidade dos sistemas de avaliação e apontam as possibilidades dos resultados avaliativos contribuírem para a melhoria da educação nacional.

Este é o nosso propósito

Comitê Editorial